



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

VIII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número: 2
Horta, Terça-Feira, 16 de Novembro de 2004

Presidente: Deputada Fernanda Mendes (*Substituída no decorrer da Sessão pelo Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Fernando Menezes*)

Secretários: Deputados António Loura e Cláudio Lopes

Sessão Solene de tomada de posse do IX Governo da Região Autónoma dos Açores.

Sumário:

(Os trabalhos tiveram início às 14 horas e 45 minutos)

Na presença do Sr. Ministro da República, do Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, dos Deputados à Assembleia da República, do Sr. Bispo de Angra, dos Deputados Regionais, do Presidente da Câmara Municipal da Horta, de Autoridades Cívicas e Militares e de outros convidados, tomou posse, pela primeira vez, perante a Assembleia Legislativa, o IX Governo da Região Autónoma dos Açores.

Após o auto de posse do Presidente do Governo Regional (*Carlos César*), tomaram posse o Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), o Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*), o Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*), o Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), o Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*), o Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*), o Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), a Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*), o Secretário Regional Adjunto do Vice-presidente (*Carlos Corvelo*) e o Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*).

Após os discursos do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Presidente do Governo Regional dos Açores, foi declarada encerrada a Sessão.

(Os trabalhos terminaram às 16 horas e 05 minutos)

Presidente: Boa tarde Sras. e Srs. Deputados.

(Eram 14 horas e 45 minutos)

Pedia que tomassem os vossos lugares porque temos uma longa tarde, um protocolo a cumprir.

Vamos proceder à chamada que dará início à Sessão Solene da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na sua VIII Legislatura para, pela primeira vez na história da Autonomia da Região Autónoma dos Açores, de acordo com o n.º 5 do artigo 231.º da Constituição da República Portuguesa, conferir posse ao IX Governo da Região Autónoma dos Açores.

Antes, porém, neste momento em que uso da palavra pela primeira vez nesta Legislatura, gostaria de saudar todas e todos os senhores deputados e desejar-lhes felicidades no exercício deste mandato e assim, cada vez mais, poderem honrar e elevar o bom nome da Assembleia Legislativa, instituição *mater* da democracia da Região Autónoma dos Açores.

Posto isso, peço ao Sr. Secretário da Mesa que proceda à chamada.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

Andreia Martins Cardoso da Costa

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Francisco Alberto Valadão Vaz

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Henrique Correia Ventura

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria Fernanda da Silva Mendes

Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de Matos

Nélia Maria Pacheco Amaral

Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral

Nuno André da Costa Soares Tomé

Paulo Manuel Ávila **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**
Alberto Abílio Lopes **Pereira**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Maria da Silva **Gonçalves**
Carla Patrícia Carvalho Bretão **Martins**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Jaime António da Silveira **Jorge**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José Manuel Avelar **Nunes**
José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**
Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**
Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**
Vasco António dos Reis Magos Rocha **Rodrigues**
Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel de Meneses **Pinheiro**
Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Presidente: Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Vamos suspender os nossos trabalhos por alguns minutos, para que as Sras. e os Srs.

Convidados tomem os seus lugares.

Agradeço que as Sras. e os Srs. Deputados se mantenham nos seus lugares.

(Eram 14 horas e 55 minutos)

Secretário (*António Loura*): Em nome de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, declaro aberta a “Sessão Solene de tomada de posse do IX Governo da Região Autónoma dos Açores”.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

“Auto de posse

Aos dezasseis dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatro, compareceu perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Excelentíssimo Senhor Carlos Manuel Martins do Vale César, a fim de tomar posse do cargo de Presidente do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, para que foi nomeado por Decreto do Ministro da República nº 1/2004, de 16 de Novembro.”

Presidente do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores (Carlos César): Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra, que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Presidente do Governo Regional assina o auto)

Secretário: “E tendo prestado a declaração de compromisso de honra e tendo assinado o auto por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores lhe foi conferida a posse do referido cargo.

Em firmeza do que se lavrou o presente auto que, depois de lido em voz alta, vai ser assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e que eu, António José Tavares de Loura, Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores fiz escrever e subscrevo.”

(O Presidente da Assembleia Legislativa assina o auto, seguido do Secretário da Mesa)

Secretário: “Auto de posse

Aos dezasseis dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatro, compareceram perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores as individualidades abaixo indicadas a fim de tomarem posse dos cargos para que foram nomeadas, por Decreto do Ministro da República nº 2/2004, de 16 de Novembro.”

Dr. Sérgio Humberto Rocha de Ávila – Vice-Presidente do Governo Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Vice-Presidente do Governo Regional assina o auto)

Secretário: Dr. Vasco Ilídio Alves Cordeiro – Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Secretário Regional da Presidência assina o auto)

Secretário: Prof. Doutor José Gabriel do Álamo Meneses – Secretário Regional da Educação e Ciência.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*). “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Secretário Regional da Educação e Ciência assina o auto)

Secretário: Dr. José António Vieira da Silva Contente – Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Secretário Regional da Habitação e Equipamentos assina o auto)

Secretário: Prof. Doutor Duarte José Botelho da Ponte – Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Secretário Regional da Economia assina o auto)

Secretário: Dr. Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha – Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Secretário Regional dos Assuntos Sociais assina o auto)

Secretário: Dr. Noé Venceslau Pereira Rodrigues – Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Secretário Regional da Agricultura e Florestas assina o auto)

Secretário: Sra. Ana Paula Pereira Marques – Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*): “Eu, abaixo-assinada, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(A Secretária Regional do Ambiente e do Mar assina o auto)

Secretário: Dr. Carlos Manuel Corvelo Pereira Rodrigues – Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente.

Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente (*Carlos Corvelo*): “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente assina o auto)

Secretário: Comandante Marcelo Leal Pamplona – Subsecretário Regional das Pescas.

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*). “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Subsecretário Regional das Pescas assina o auto)

Secretário: “E tendo prestado a declaração de compromisso de honra e assinado o presente auto por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, lhes foi conferida a posse dos respectivos cargos.

Em firmeza do que se lavrou o presente auto, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e que eu, António José Tavares de Loura, Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores fiz escrever e subscrevo.”

(Após a assinatura do auto pelo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa e pelo Secretário da Mesa, o Presidente da Assembleia tomou o seu lugar na Mesa)

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Sr. Ministro da República, Sr. Ministro-Adjunto do Sr. Primeiro-Ministro e em representação do Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Governo Regional, Excelências, Srs. Deputados da Assembleia da República, Sr. Bispo de Angra, Excelência Reverendíssima, Srs. Deputados Regionais, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente da Câmara Municipal da Horta, Excelentíssimas Autoridades Cíveis e Militares, Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Açorianos:

Permitam-me que comece por agradecer a presença, nesta cerimónia, de tão ilustres convidados que emprestam a este momento de tomada de posse do IX Governo Regional dos Açores não só maior solenidade, mas também um envolvimento político e institucional que ultrapassa as fronteiras desta Região Autónoma.

Saúdo também todos os açorianos residentes neste arquipélago ou espalhados pelo Mundo, pois são eles o alicerce e a razão última da existência das nossas instituições democráticas autonómicas.

Excelentíssimas autoridades, Minhas Senhoras e meus Senhores:

Pela primeira vez na história da autonomia democrática, consagrada desde 1976 na Constituição da República Portuguesa, toma hoje posse perante esta Assembleia Legislativa, o Governo Regional dos Açores.

Reveste-se assim este momento de um especial significado político, no culminar de um percurso de vinte e oito anos de autonomia, sempre inacabada e sempre em aperfeiçoamento.

Sendo esta Assembleia o órgão representativo de todos os açorianos, esta competência não só tem plena justificação como acentua o carácter parlamentar do nosso sistema político regional.

Por outro lado, esta nova situação, aliada a muitas outras alterações verificadas na última revisão constitucional, operada em Julho deste ano, constitui também o reconhecimento da maturidade e da consolidação das autonomias, enquanto instrumento de descentralização do Estado Português e factor de desenvolvimento e progresso das regiões insulares.

Na verdade, de todas as revisões constitucionais verificadas até hoje, esta última é porventura aquela que modifica mais profundamente o ordenamento jurídico relativo às Regiões Autónomas, conferindo-lhes maior capacidade legislativa agora com limite apenas em matérias reservadas aos órgãos de soberania e remetendo para os estatutos político-administrativos o respectivo enunciado concreto.

De entre as muitas alterações verificadas, são ainda de salientar a reserva de iniciativa legislativa em matéria de lei eleitoral, a nova designação e configuração dos poderes do Ministro da República, a possibilidade de dissolução da Assembleia por razões políticas e já não como sanção, como inexplicavelmente se mantinha, o reforço de poderes no que se refere ao processo de construção europeia, a capacidade, há muito reclamada, da transposição directa de actos jurídicos da União Europeia, situação esta singular ao nível das Regiões da Europa e verdadeira expressão do princípio da subsidiariedade, e ainda a consagração mais precisa e abrangente de formas de cooperação entre o Governo da República e o Governo Regional.

Por tudo isto e considerando ainda outros assuntos que estão na ordem do dia da política regional, nacional e mesmo europeia, competirá a este Parlamento desenvolver nos próximos tempos algumas tarefas da maior relevância.

Em agenda estará a revisão do Estatuto Político-Administrativo que exigirá um aturado e profundo trabalho, a revisão do sistema eleitoral regional tendo como princípio o reforço da proporcionalidade e a salvaguarda da representatividade de cada ilha, o acompanhamento das questões europeias designadamente as negociações do próximo Quadro Comunitário de Apoio, a entrada em vigor do Tratado Constitucional Europeu e ainda o acompanhamento da revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Considerando estes aspectos e principalmente o alargamento de competências legislativas, a esta Assembleia será exigido muito trabalho, rigor, criatividade e inovação.

Senhor Presidente e Membros do Governo Regional:

Tomam hoje posse Vossas Excelências na sequência das eleições de 17 de Outubro que conferiram uma expressiva vitória ao Partido Socialista.

Assim, e pela terceira vez consecutiva, estará V. Exa. Senhor Presidente à frente da governação desta Região por vontade do povo dos Açores que, ao outorgar-lhe este mandato reconheceu a valia e o mérito do trabalho desenvolvido até hoje pelos seus sucessivos governos.

Sendo o povo soberano e porque cada acto eleitoral constitui de certa forma um momento de avaliação, como de resto foi amplamente referido por todos os partidos concorrentes, só posso concluir que essa avaliação foi amplamente positiva, sendo Vossa Excelência e o seu Governo titulares de uma forte e indiscutível legitimidade democrática.

Quero ainda dizer-lhe Senhor Presidente que à frente desta Assembleia Legislativa está também um socialista que, sem prejuízo do respeito pela isenção institucional a que este elevado cargo obriga, lhe expressa neste momento tão significativo para todos nós, a sua solidariedade e o seu empenhamento para os desafios que haveremos de enfrentar nos próximos quatro anos.

Ao IX Governo Regional dos Açores que agora inicia funções, desejo as maiores felicidades e o maior sucesso.

Para bem da nossa Região e do nosso País.

Disse.

(Aplausos da Câmara)

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sr. Ministro da República, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sr. Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, Autoridades Judiciais, Militares e Religiosas, Sr. Presidente da Câmara Municipal da Horta, Srs. Deputados à Assembleia da República, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Ilustres Convidados, Açorianas e Açorianos:

Na sequência do decreto de nomeação do Senhor Ministro da República, o IX Governo Regional, a que tenho a honra de presidir, acaba de tomar posse, pela primeira vez na História da Autonomia dos Açores, perante o Parlamento.

Esta circunstância permite, na sua formalidade processual, evidenciar a posição primacial da Assembleia Legislativa no quadro da actual arquitectura de poderes da Administração dos Açores pelos Açorianos. Saúdo, assim, em primeiro lugar e em nome do Governo, todas as senhoras e senhores deputados, e em especial o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, a quem afianço o respeito e a cooperação devidos nos planos institucional e pessoal.

Saúdo, também, o Senhor Ministro da República cujos poderes, na Constituição revista, centram a sua intervenção no processo legislativo regional e, como tal, na dimensão intrínseca de caracterização do regime autonómico. Deixámos de ter, com as últimas revisões constitucionais, um delegado do Governo da República e passamos a ter, com a conseqüente valorização da Região Autónoma, uma figura cujos contornos competenciais emanam claramente de um decalque da função presidencial na República. É justo, porém, salientar que as relações entre o Governo Regional e o Senhor Ministro da República têm sido marcadas pela melhor compreensão e por uma colaboração leal e frutuosa que desejamos, e vamos, prosseguir.

O início desta Legislatura coincide, temporalmente, com um período de crucial importância na reelaboração dos poderes legislativos regionais. Nesse aspecto – e como tarefa mais nobre – caberá a esta Assembleia suscitar a abertura do processo de

revisão do Estatuto Político-Administrativo, mas, mesmo antes, está colocado o desafio de, numa multiplicidade de domínios, fazermos já prevalecer o Direito Regional. Ao governo, tal como às senhoras e senhores deputados, fica reservada a exigente missão de recriarmos e ou ampliarmos, com qualidade e oportunidade, os instrumentos conformativos de uma significativa área de auto-regulação do nosso desenvolvimento. Não é, pois, despicienda a responsabilidade que a todos cabe.

Não obstante ser indispensável proceder, de imediato, à alteração do nosso sistema eleitoral – superando as suas fragilidades mais conhecidas e preservando a representação de cada uma das nossas ilhas – foi possível, mais uma vez, nas eleições do passado dia 17 de Outubro, evitar, por via da conversão dos votos dos eleitores em mandatos parlamentares, uma situação, actualmente potencial, de impasse ou incongruência política. A força partidária que apoia o governo reafirma o seu empenhamento na construção de um consenso para a aprovação de uma nova lei eleitoral, consciente, antecipadamente, que em democracia, ou quando verdadeiramente se pugna por ela, não se podem fazer leis para iludir, contornar ou evitar o respeito pela vontade do povo manifestada em eleições.

O IX Governo Regional dos Açores tem, nesta Assembleia, uma larga maioria de suporte que é, simultaneamente, garante da estabilidade política e da assunção plena das competências legislativas e fiscalizadoras do Parlamento. Os resultados das eleições regionais não deixaram margem para dúvidas, dada a esmagadora vitória do Partido Socialista e a expressiva derrota do Partido Social Democrata e do Partido Popular. De forma inequívoca, o Povo Açoriano ajuizou positivamente o nosso trabalho nos últimos quatro anos, não hesitou na sua decisão quando confrontado com a proposta dominante na campanha eleitoral de escolha do futuro presidente do governo e reforçou com vigor a sua opinião de que é preciso continuar a mudar os Açores para melhor. No respeito pela vontade do povo aqui estamos, como em todas as democracias: uns, procurando cumprir no governo, outros procurando cumprir na oposição.

Nem o governo, nem a maioria parlamentar estão convencidos da sua intocabilidade, acantonados na sua legitimidade originária ou irredutíveis na sua razão. A democracia não se confina aos actos eleitorais. Compete-nos, pois, estar cada vez mais ao lado dos Açorianos. Entre os Açorianos. Ouvindo directamente a sua voz e valorizando toda a dimensão das suas aspirações e dos seus problemas: quero o Governo Regional, desde o seu Presidente até aos directores regionais e a todos os seus colaboradores, junto das pessoas, porque é para elas e, afinal, com elas, que devemos trabalhar e que trabalharemos melhor. Essa proximidade desejável não exclui uma contratualização produtiva e estável com a generalidade dos parceiros sociais, procurando o governo, nessa metodologia participativa, não a ultrapassagem "bem vista" de uma formalidade, mas um meio eficaz de diálogo, de aperfeiçoamento e de melhor concretização das suas políticas.

A mesma abertura devemos ter em relação aos profissionais da comunicação social, num momento, aliás, particularmente conturbado, no plano nacional, quanto ao entendimento dessa relação e ao resguardo ético de ambas as partes. O Governo dos Açores não quer controlar a comunicação social, seja ela pública ou privada: em boa verdade, sem o fazermos ou sequer o tentarmos fazer, acabámos de obter uma retumbante vitória eleitoral.

Mas, sinceramente, gostava que nos Açores cada pergunta de um jornalista a um governante tivesse uma rápida e esclarecedora resposta, e cada resposta de um governante pudesse ser tão respeitada como a pergunta ou o comentário de um jornalista. A este propósito, quero, igualmente, assegurar que, no caso de se confirmar uma regionalização dos órgãos de Comunicação Social do sector público, medida essa que continuará a não ser uma prioridade para o Governo Regional, nunca aceitaremos um modelo de controlo político da sua programação ou dos seus critérios de informação, seja pelo Governo Regional, seja pelo Governo da República, ainda que por interpostas figuras. Nos Açores, o Governo estará sempre presente na defesa da liberdade de informação.

Permitam-me ainda que, no plano institucional interno, dirija uma palavra à oposição parlamentar.

Os resultados das eleições legislativas regionais provaram, indiscutivelmente, que os Açorianos consideram não ser um bom serviço prestado aos Açores ou sequer, um atributo muito apreciado nos líderes políticos, o verbalismo destrutivo, as promessas na ponta da língua, as diatribes mediáticas, as construções caluniosas ou as desconsiderações pessoais.

O Governo não entende a oposição como um inimigo, porque o Governo não tem inimigos nos Açores. O Governo não pensa que o papel reservado à oposição é apenas o de se opor. Para além das matérias em que, legalmente, o contributo da oposição, ou de parte dela, é indispensável, queremos, sinceramente, alargar o número de situações em que o consenso seja possível e em que a sua ajuda represente uma melhoria na acção que, cada um à sua maneira e segundo as suas possibilidades, pode prestar para o progresso dos Açores e o bem-estar dos Açorianos. Faremos tudo o que pudermos para isso, esperando que a oposição, aprendendo com o passado recente, colabore, ajudando a construir sólida e fraternalmente o futuro.

Sr. Presidente, Ilustres Autoridades e Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Ainda estamos todos empenhados nas tarefas subsequentes ao acto eleitoral de há um mês atrás e já se descortinam os sinais preparativos de outras duas eleições: dentro de onze meses, para as autarquias locais, e em 2006 para a Assembleia e Governo da República. Para além disso, teremos as eleições presidenciais e o referendo sobre a ratificação da Constituição Europeia.

Releva, porém, para o momento presente, a minha reafirmação – agora como Presidente do IX Governo Regional – no sentido de prosseguir, como é nosso dever, a cooperação técnica e financeira que encetámos com as autarquias, apoiando-as no quadro da delimitação de competências e da Lei de Finanças Locais em vigor, com total transparência e observância de neutralidade partidária. Os Açorianos escolherão, como sempre, livremente, as pessoas e os partidos que governarão os seus Municípios e as suas Freguesias – preocupar-se-ão, se assim entenderem, com os que querem ou não colaborar com o governo, mas terão antecipadamente a certeza de que, como sempre, o governo com todos irá colaborar.

Noutro âmbito, igualmente importante, situam-se as relações entre as administrações central e regional. Ninguém, incluindo o actual Governo da República, deve ficar espantado pela obstinação que temos na defesa dos Açores. Ninguém, incluindo o meu partido, ficará admirado ao prestarmos justiça ao actual Governo da República se e sempre que ele fizer justiça aos Açores. Ninguém, a começar pelos partidos da

oposição parlamentar regional, deve ficar surpreendido se criticarmos ou nos erguermos face ao Governo da República quando nos sentirmos desconsiderados ou virmos lesados os interesses e os direitos da nossa Região.

O Governo Regional dos Açores não fará nunca oposição partidária ao actual Governo da República, tal como não admitirá que este lha faça com a presunção de transformar os Açores num terminal da sua tentacularização política. Confio, muito convictamente, que o Senhor Primeiro-Ministro aprendeu o que tinha a aprender a esse respeito, nas eleições de 17 de Outubro passado, compreendendo a vontade indomável e a dimensão múltipla da nossa Autonomia.

Nesse contexto esperamos, por um lado, que Portugal continental possa o mais depressa possível recuperar da situação difícil em que se encontra, e por outro, que o Governo da República cumpra rapidamente o que assumiu para os Açores no Programa de Governo resultante das eleições nacionais de 2002, que dê execução a medidas que entretanto anunciou, que recupere os atrasos em matérias que nos são devidas, e que não esqueça nenhum dos compromissos que entendeu assumir quando resolveu intervir na recente campanha eleitoral nos Açores.

É importante, para nós, que a economia portuguesa, que é a nossa economia de referência, dê sinais claros de retoma, após a fase de regressão que atravessou e da estagnação de que se pretende libertar, porque não tem sido fácil assegurar o crescimento da economia regional e a confiança dos investidores nos Açores a contraciclo da tendência continental dos últimos anos. É importante, por outro lado, que os Açorianos vejam no Governo da República e nos seus titulares uma instituição e pessoas de bem, que cumprem o que prometem e que pagam o que devem, ou que, pelo menos fazem um esforço visível para isso.

A presença do Senhor Ministro-Adjunto do Senhor Primeiro-Ministro neste Acto de Posse, que aprecio e agradeço, é interpretada pelo Governo Regional dos Açores como um acto de valor político e de significação muito positiva. Ainda melhor seria se, hoje ou amanhã, pudesse confirmar a baixa dos preços do transporte aéreo entre o Continente e os Açores – que o Senhor Primeiro-Ministro anunciou, no passado dia 9 de Outubro em Angra do Heroísmo, para ser feita "30 dias após o 17 de Outubro" – dando agora essa boa nova aos Açorianos.

Desejamos, ansiosamente, que sejam feitos progressos na consolidação orçamental nacional, porque eles seriam importantes para a estabilização das relações de cooperação financeira entre o Estado e as Regiões Autónomas. Recordamos, a propósito, que nos últimos três anos de execução orçamental nos foi imposto um "endividamento zero", apesar de termos um reduzidíssimo peso da dívida pública directa em relação ao nosso Produto Interno Bruto e encargos de dívida igualmente reduzidos. Contamos recorrer, porém, a esse meio extraordinário de financiamento, nos termos resultantes da proposta de lei do Orçamento de Estado em discussão, para continuarmos a ser a Região do País que melhor aproveita e executa o seu Programa de Desenvolvimento Regional co-financiado pela União Europeia.

Esperamos, ansiosamente, mais resultados no combate à fraude e à evasão fiscais e que as previsões do Orçamento de Estado de arrecadação de receita dos impostos não revelem desvios negativos na sua execução, já que as nossas projecções ainda têm como referência as tendências nacionais apontadas. Contamos, no entanto, o mais

depressa possível, ter acesso e conhecimento, que nos têm sido negados, ao nosso universo de contribuintes, e temos como objectivo ampliar as competências regionais em matéria de fiscalidade, sem prejuízo da concatenação de todo o respectivo sistema nacional e da nossa conformação, ainda que modulada pela nossa condição ultraperiférica, com a União Europeia.

É nosso objectivo, sem diminuir a intervenção da Assembleia Legislativa, integrar o Grupo de Trabalho criado pelo Conselho de Ministros destinado à revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, mas não compartilharemos esse esforço se surgirem indícios fortes de que o Governo da República pretende aliviar as suas obrigações de contribuição para a convergência nacional.

Julgamos positiva a intenção já manifestada pelo Governo da República de transferir competências e serviços por ele dirigidos para a tutela regional. Todavia, esse processo deve ocorrer, caso a caso, só perante a constatação das nossas disponibilidades para o gerir e na consideração dos benefícios relevantes a alcançar. Não o aceitaremos para legitimar o desinvestimento do Estado na Região, nem em circunstâncias que façam perigar, pelo esgotamento de recursos financeiros para esse fim, toda a caminhada que temos feito de consolidação da Autonomia dos Açores nestes últimos vinte e nove anos.

Aceitamos e desejamos a iniciativa ou a colaboração directa do Governo da República em investimentos nas nossas ilhas, mas não podemos deixar de acautelar, em todos os casos, as competências que nos são próprias.

As Grandes Opções do Plano para 2005 apresentadas na Assembleia da República, omitem, pela primeira vez nos últimos anos, o papel fundamental dos Açores e da Base das Lajes na projecção atlântica do País e na substância do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América. Temos que dizer, com toda a clareza, que o governo português – este, tal como os anteriores – não podem continuar a gerir os benefícios da cooperação luso-americana com o propósito evidente e continuado de reduzir ao mínimo os benefícios para os Açores. Neste caso, também, tem importância crescente o estabelecimento de um acordo com os partidos com representação na Assembleia Legislativa, definidor do nosso núcleo de interesses e indicativo da metodologia de acção para prevalência daqueles.

Sr. Ministro da República, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Ilustres Convidados e Autoridades presentes, Sras. e Srs. Deputados:

Esta não é ocasião própria para enunciar e explicitar as linhas do Programa do IX Governo, cujo debate parlamentar ocorrerá dentro de duas semanas.

Falarei, por isso, ainda e só, dos desafios mais emergentes que comportam a nossa condição europeia, num processo de reforma e de transição que tem pontuado e marcará profundamente a União Europeia.

As questões de enquadramento dos Açores na União Europeia assumem, na actualidade e nos próximos dois anos, uma enorme importância, devido à discussão e aprovação de dossiers fundamentais para o desenvolvimento económico e social da Região, tais como a negociação do quadro financeiro europeu 2007-2013, a elaboração dos regulamentos dos fundos estruturais e a discussão e a aprovação dos Programas Específicos para a Ultraperiferia e dos POSEI. Para além disso, é importante ter em atenção e participar na elaboração de legislação como, por

exemplo, a respeitante às ajudas de Estado, aos serviços de interesse geral e à investigação e ao desenvolvimento, que entrará em vigor nos próximos anos.

A Constituição Europeia, cujo texto e âmbito excedem em muito o mandato dos seus redactores, tem indiscutíveis aspectos positivos, desde logo pelo que consagra no que respeita às Regiões Ultraperiféricas em que nos inserimos, até à inscrição de inúmeros factores que podem contribuir para a coesão económica e social do seu novo espaço alargado. Mas encerra, também, problemas que os Estados-membros, a meu ver, podem ainda minimizar, determinando previamente o adequado conteúdo interpretativo das suas normas mais sensíveis, como é o caso da gestão dos recursos biológicos no Atlântico. Entendo, com muita dificuldade, que se possa realizar o acto de ratificação por via referendária em Portugal sem o conhecimento de um entendimento mais amplo desse aspecto, que não se esgota na simples opinião ou no desejo das autoridades portuguesas que sobre eles já se tenham ou venham a pronunciar, e que inclui, com certeza, a sua análise face, por exemplo, à nossa Constituição da República ou até à própria Constituição dos Mares de que agora se celebra o décimo aniversário.

Na generalidade desses assuntos importa, naturalmente, desenvolver uma ampla auscultação que o Governo Regional, no que lhe compete, não deixará de fazer.

Os nossos desafios mais decisivos estão claramente identificados e sobre eles temos estado a trabalhar, em conjugação com o Governo da República: fazer prevalecer uma prática decisória europeia adequada aos pressupostos de discriminação positiva da ultraperiferia, reconhecida no projecto da Constituição; assegurar, pelo menos, recursos financeiros comunitários destinados aos Açores em montante não inferior ao actual Quadro Comunitário em vigor, bem como as elegibilidades necessárias à eficácia do processo de convergência dos Açores com a média europeia; e, assegurar as produções tradicionais e os esforços de inovação e qualificação indispensáveis ao sucesso do modelo de desenvolvimento sustentado em que estamos empenhados.

Temos confiança que vamos conseguir a solidariedade e os apoios necessários em todo esse complexo processo negocial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É com renovada energia e com muita esperança que assumimos mais um mandato, nesta nona experiência governativa da Autonomia Açoriana – herdeira de uma luta de múltiplas gerações, desde o final do Séc. XIX, e da Revolução do 25 de Abril de 1974.

Temos seguido, com fundamento e determinação, uma Via Açoriana de governação progressista para a cidadania. Mostrámos aos portugueses, particularmente nestes últimos oito anos, como, com mais dificuldades e menos recursos, fizemos muito melhor do que em média se fez nas outras regiões do País – todos os indicadores económicos e sociais mais relevantes o demonstram, pesem embora as fragilidades do nosso ponto de partida.

A nossa economia cresceu mais do que a média nacional desde 1999 e mais do que a média europeia desde 1998, e esse crescimento processa-se em benefício das pessoas: nos últimos doze meses foram criados 3.896 novos postos de trabalho e só no terceiro trimestre deste ano a população empregada cresceu com 1.149 novos trabalhadores; há 22 trimestres consecutivos que a taxa de desemprego nos Açores se situa abaixo dos 4%, apesar do constante aumento da população activa.

Temos, todavia, como explicitamos no nosso Programa de Governo, um complexo trabalho à nossa frente para manter e estimular esse crescimento económico e para prosseguir uma política intensa de protecção e inserção social. Temos que melhorar a nossa taxa de actividade, aumentar a produtividade das nossas empresas e do sector público empresarial e administrativo, continuar os esforços na formação profissional, na educação, na cultura, na investigação e na ciência, na sociedade do conhecimento e da informação. Temos que apoiar o surgimento de novos investimentos privados, a criação de novos serviços, a incorporação de novas tecnologias e a qualidade como desígnio transversal. Para além dos grupos mais fragilizados ou de risco, a nossa aposta é dirigida aos jovens, quer quanto à multiplicação das suas oportunidades quer no que respeita à necessidade impreterível do seu contributo qualificador para a sustentação do nosso desenvolvimento imediato e futuro.

Tenho uma grande confiança no futuro dos Açores e não apenas um grande orgulho na obra feita.

Conto com todos. Permitam-me, porém, que, nestas circunstâncias, agradeça às personalidades que integraram o VIII Governo Regional, e que agora exercerão outras funções, prestando-lhes homenagem pelo seu contributo, pela sua competência e pelas suas qualidades pessoais.

Aqui está o IX Governo Regional, pronto para trabalhar e honrado pelo mandato que o Povo Açoriano nos concedeu nas últimas eleições regionais.

Aos Açorianos, espalhados pelo Mundo e pelas nossas nove ilhas, renovo o meu compromisso de tudo fazer para termos cada vez mais orgulho na nossa Autonomia e na terra onde nascemos ou vivemos – os Açores! Os nossos Açores!

A todos muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, dos Membros do Governo Regional e dos Convidados)

Presidente: Declaro encerrada a Sessão Solene de tomada de posse do IX Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado a todos.

(Eram 16 horas e 05 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da **Costa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco